



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638623 - SP (2021/0001430-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - SP305314  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GERALDO DE OLIVEIRA NUNES (PRESO)  
**PACIENTE** : CLAUDINEI DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERALDO DE OLIVEIRA NUNES e CLAUDINEI DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000073-40.2018.8.26.0616).

Os pacientes foram condenados às penas de 9 anos e 2 meses de reclusão e de 5 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, além de multa, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput* e 35, *c/c* com os arts. 40, III e VI, 42 e 43, todos da Lei n. 11.343/2006, nos termos do art. 69, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que é de rigor a absolvição dos pacientes com relação à acusação de associação para cometer tráfico ilícito de drogas, ante o caráter movediço e precária da prova. Alega que o paciente Claudinei atuava apenas como olheiro no sítio dos fatos, sendo necessária a desclassificação para o delito do art. 37 da Lei de Drogas. Argumenta ainda que a quantidade de drogas ou a variedade encontrada não era expressiva a ponto de justificar uma maior reprovabilidade e, portanto, a pena-base deveria ter permanecido no seu patamar mínimo. Por fim, aduz que, considerando que "os pacientes são primários confessos e dada a inexistência de prova efetiva, de incumbência da acusação, de que se dediquem a atividades criminosas, ou mesmo integrem associação criminosa, de rigor a redução das pena" (fl. 25).

Requer, liminarmente, seja determinada a expedição de alvará de soltura, de modo a que os pacientes possam aguardar em liberdade o julgamento deste *habeas corpus*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para absolver os pacientes da prática do crime de associação para o tráfico; desclassificar a conduta para a figura do

art. 37 da Lei de Drogas, no que tange ao paciente Claudinei; afastar o aumento da pena-base; reconhecer a confissão espontânea e aplicar o redutor previsto pelo art. 33, §4º, da Lei de Drogas, substituindo-se a pena corporal por medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão do tribunal de origem se deu de forma fundamentada e coerente com o conjunto probatório.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente